

CNDH atua para evitar despejos no Pará

A conselheira Eneida Santos e as representantes Ayala Ferreira e Andreia Silverio, da Comissão Terra e Água, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, participam hoje (11) de audiência pública com o intuito de evitar o despejo de mais de 200 famílias que vivem na fazenda Maria Bonita, em Eldorado do Carajás, no estado do Pará. Entre o grupo, estão defensoras e defensores de direitos humanos do Acampamento Dalcídio Jurandir, que lutam para garantir os direitos de acesso à terra, por meio da demarcação e redistribuição de terras anteriormente ocupada por latifundiários, em descumprimento à função social da propriedade, nos termos da Constituição.

De acordo com denúncia recebida pelo CNDH da Comissão Pastoral da Terra, pelo menos 20 ocupações serão despejadas nos próximos meses no Pará, incluindo famílias que ocupam terras de titularidade questionável, com histórico de violência contra a pessoa, como a Fazenda Santa Lúcia, onde ocorreu o Massacre de Pau D'arco em 2017. Em razão de recentes casos de assassinatos de defensores de direitos humanos, como o de Dilma Ferreira da Silva, do Movimento de Atingidos por Barragens, os representantes do CNDH solicitam o respeito aos termos da Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018, a fim de priorizar a permanência regular do grupo que demandam proteção especial nas áreas por eles ocupadas, garantido a permanência das populações nos locais em que tiverem se estabelecido.

A audiência realizada hoje envolve representantes da comunidade, do Tribunal de Justiça, do governo do Estado e de outros órgãos públicos, e integra uma série de outras audiências públicas em junho, julho e agosto no Pará, para evitar despejos de comunidades constantemente ameaçadas sob intimidação e violência. Desde 2008, os moradores fornecem produtos para municípios da região de Eldorado dos Carajás, como farinha de mandioca, peixe, mais de 45 tipos de frutas, legumes, hortaliças e criações em feiras e mercados de cidades próximas. No local, além de benfeitorias construídas pelos trabalhadores rurais, há construções de casas e obras públicas municipais.

Na semana passada os representantes do CNDH realizaram uma série de atividades de incidências junto ao Tribunal de Justiça do Pará, ao Governo do Estado e à Vara Agrária para evitar os despejos, o que culminou com a suspensão do despejo na Fazenda 1200, através do julgamento de Agravo de Instrumento pelo TJ/PA. O CNDH manifesta ainda, sua preocupação com a segurança física das famílias dessas ocupações, ante o histórico de violência, assassinatos e tentativas de despejos ilegais na região.

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>